



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 1.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 14 DE JULHO DE 2015

Presidente: Exmo. Evaristo Carvalho

Secretária: Exma. Sra. Alda Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 25 minutos.

A 1.ª Comissão Especializada Permanente procedeu à auscultação dos representantes dos petionários da Localidade de Ponta Obô – Guadalupe, que se encontram em litígio com o Sr. Adriano Terra Pequeno, relativamente aos talhões da antiga Roça Morro Peixe, para a construção de moradias. Usaram da palavra, a diverso título, além dos

petionários Feliciano Pires Afonso e Bruno Barreto, os Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), Idalécio Quaresma (ADI), António Monteiro (MLSTP/PSD), Vasco Guiva (MLSTP/PSD), Esmail do Espírito Santo (ADI), Alda Ramos (ADI) e Berlindo Silvério (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 10 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alda Quaresma da Costa d'Assunção **dos Ramos**
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Esmaiel da Glória do **Espírito Santo**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Idalécio Augusto **Quaresma**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das Neves

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sra. Deputada, bom dia.

Cumprimento também a Sra. Feliciano Pires Afonso e o Sr. Bruno Barreto, dois dos subscritores da petição.

Este encontro é para auscultar um grupo de jovens da localidade de Ponta Obô – Guadalupe e o Sr. Adriano Terra Pequeno, relativamente a uns terrenos que os jovens querem ocupar para fazer a construção de suas moradias.

Portanto, esta petição foi introduzida na Assembleia e passo a ler o seu conteúdo:

«Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

Assunto: Terreno em Ponta Obô – Guadalupe.

Excelência, saúde e bem-estar são os nossos maiores desejos.

Com o processo de globalização e não só, também porque as famílias têm um papel importante a jogar na formação de uma sociedade duradoura, nós, os jovens abaixo assinados da localidade de Ponta Obô – Guadalupe, Distrito de Lobata, preocupados e interessados, na sociedade são-tomense, na vertente habitação, vimos por este meio solicitar os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de interceder a favor dos jovens da localidade acima referida, na aquisição de talhões para a construção de moradias, num terreno do Estado pertencente à antiga roça Morro Peixe, que se encontra em estado de abandono.

É de salientar que estes mesmos jovens já haviam capinado o terreno há algum tempo e dias depois apareceu um indivíduo de nome Adriano Terra Pequeno, dizendo que o terreno lhe pertencia, apoderou-se do mesmo e expulsou os jovens do espaço.

Condoídos da situação, uma vez que nós, os jovens, precisamos de construir moradias para formarmos as nossas famílias, rogamos por uma solução favorável aos nossos interesses, porque sabemos que o indivíduo não possui documentos que lhe dêem direito sobre o espaço.

Sem mais nada de momento, despedimo-nos, convictos de que melhores dias virão.

São Tomé, 26 de Março de 2015.

Os subscritores, Feliciano Pires Afonso, Paula Sousa Pontes dos Reis, Bruno Barreto... etc.»

Gostaríamos de saber concretamente o que se passou, portanto, passo a palavra à Sra. Feliciano, para nos explicar a situação.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticionária): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a roça pertencia a empresa Morro Peixe. Depois da morte do Sr. Albino, que era o dono, disseram que a roça passou a pertencer o Tribunal. No momento da tomada do terreno, o Sr. Filinto d'Alva é que era Presidente da Câmara, fizemos um pedido, mas ele não nos deu uma resposta boa. Então deixamos o pedido e fomos até à Planificação Física, naquela casa antiga, em 1994. Para o nosso espanto, chegou de Portugal um senhor chamado Vague, além do Sr. Terra Pequeno, que fez confusão com o Sr. Filinto. Disse que também era filho da terra e que precisava de um terreno para trabalhar. Fizeram lá a confusão. Na altura, ele tinha vindo de Lisboa, abriu uma loja e quando a loja faliu, ele pegou num pedaço de terreno e vendeu, depois vendeu mais outro pedaço. Os que compraram os terrenos deixaram-nos abandonados, então, os jovens decidiram ocupá-los e eu também decidi ocupar uma parte, porque tenho filhos fora e também aqui em São Tomé, sem

paradeiro, pago a renda da casa 500 000,00 dobras por mês, como sobreviver? Foi assim que invadimos o terreno e o trabalhamos todo.

Acontece que o Sr. Terra Pequeno levou homens para trabalharem o terreno todo e disseram que eles é que trabalharam. Quando fomos falar com ele, ele chamou os policiais, disse que tinha documentos, que invadimos o terreno dele, etc. Ninguém mexeu com ele. Ele levou policiais e queria que fossemos à Câmara certificar que ele tinha os documentos, não aceitamos. Vim à cidade capital solicitar e nos disseram que o nosso pedido de terreno de 1994 estava inválido e que teríamos que remeter um novo pedido. E fizemos um novo pedido de autorização.

Eu já sou velha, a minha cara mesmo mostra, mas tenho filhos. Quando eu era criança, os meus pais não me puseram na escola. Foi o meu padrasto e a minha avó que me puseram na escola. Então, eu prometi a mim mesma que quando tivesse os meus filhos os colocaria na escola até que terminassem o liceu, porque eu queria muito estudar no liceu e não tive a oportunidade de realizar esse sonho. Por isso, trabalhei, criei os meus filhos e dei-lhes estudo, até terminarem o liceu. Tenho sete filhos. Quatro deles viajaram e três estão cá e precisam de um terreno para construir as suas casas e todos os jovens também querem, porque na altura das eleições, todos esses jovens, sabendo ler ou não, vão às urnas. Os que têm sorte, Deus ajuda, recebem um bocado de dinheiro e vão tratar da sua vida e os que não têm sorte, que estão a viver em casas arrendadas, precisam de um lugar fixo para criarem os seus filhos.

O Sr. Terra Pequeno disse que tem os documentos, então que a Câmara confirme que o terreno é dele, porque não viemos aqui para tirar o terreno dele. Por exemplo, tenho aqui comigo um documento da Câmara, que o pai dos meus filhos deixou quando faleceu. Se for assim, na realidade, sendo terreno dele, que os senhores tenham pena dos jovens de Guadalupe e nos dêem uma mão.

Se ele tiver um documento desse modo, porque ninguém está aqui para enganar ninguém:

«República Democrática de São Tomé e Príncipe, Câmara Distrital de Lobata, Unidade, Disciplina e Trabalho.

Estado n.º 1, CDL/2005.

Filinto Soares d'Alva, Presidente da Câmara Distrital de Lobata, atesta, nos termos da alínea c) do Decreto-Lei n.º 10/82, no *Diário da República* n.º 09 de Abril do mesmo ano, que o Sr. Tomé Pedroso Jorge, pai, já falecido, foi proprietário de um talhão de terreno no sítio da Vila de Micoló onde se encontra afixada a sua residência, com uma área de 160m².

Por ser verdade e por nos ter sido requerido pelo seu filho maior de 38 anos de idade de nome Mouzinho Pires Afonso Pedroso, solteiro, portador de Bilhete de Identidade n.º 48762, residente na cidade de Guadalupe, Distrito de Lobata, mandei passar o presente atestado, que vai assinado e autenticado com o carimbo a tinta de óleo, em uso nesta Secretaria.

Câmara Distrital de Lobata, em São Tomé, aos 5 de Janeiro de 2005.»

Se o documento desse senhor estiver nestes termos, muito bem, não posso dizer nada, porque a Câmara confirma.

Este documento é do terreno que era do pai do meu filho. Como ele construiu no terreno que está à beira da estrada, se ele não tivesse esse documento, a Câmara não o autorizaria a construir, mas naquele terreno que estamos a reclamar ninguém construiu.

É por isso que viemos aqui pedir, porque todos aqui são pais, que olhem para aqueles que não têm. É somente isso que queremos.

O Sr. **Presidente**: — Quantos metros de terreno tinham capinado?

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petionária): — Bem, o terreno é muito grande e muitas pessoas também capinaram. Vou explicar. Quando vão para Guadalupe, passam o Cemitério e o chafariz de água, descem o cavalete e ao subir, há uma área toda que tem cedrelas.

Já agora, estamos aflitos e queremos pedir um apoio dos Srs. Deputados. Não temos uma lavandaria. Agora, em Guadalupe, já temos água 24 sobre 24 horas, graças a Deus. Sofremos muito com o problema de água. Naquele terreno, dá para tirar uma metade para fazer uma lavandaria, de forma a beneficiar as outras pessoas que não têm. Eu sacrifiquei-me e arranjei um tanque de lavar. Não dá para parar. Sou velha, mas trabalho até hoje. As pessoas que não têm tanques de lavar precisam de uma lavandaria.

O Sr. **Presidente**: — Esse terreno que vocês estão interessados nunca foi distribuído para a agricultura?

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petionária): — Não, Não! Bem, a parte da frente do terreno pertence ao Sr. Tatá e as irmãs também tomaram uma parte que entra para Morro Peixe.

O Sr. **Presidente**: — As irmãs da igreja?

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petionária): — Sim, sim a parte que vai para Canavial. E sobrou um pedaço que dá para fazer uma lavandaria, bem como distribuir um pouco para os jovens fazerem as suas construções, porque eles também necessitam.

O Sr. **Presidente**: — A senhora disse que fez o pedido desde 1994?

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — É sim, fizemos o pedido dessa mesma roça.

O Sr. **Presidente**: — Entregaram o papel aonde?

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Bem, entregamos o documento lá na casa velha, debaixo desta casa agora funciona o totoloto, mas como levou muito tempo, desvalorizaram o documento. Voltamos a fazer um novo pedido e estamos à espera da decisão da Assembleia Nacional, para depois sabermos o que fazer. Entregamos a carta aqui, no Palácio cor-de-rosa, no Gabinete do Primeiro-Ministro e na Câmara Distrital de Guadalupe.

O Sr. **Presidente**: — E quando apareceu o senhor que disse que o terreno lhe pertencia, o que é que a Câmara vos disse? Na altura era liderada pelo antigo presidente...

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticonário): — Não, isso é recente. Quando estávamos a trabalhar o terreno, alguém avisou o senhor. O senhor apareceu, alegando que estava a conquistar o terreno para saldar a sua dívida, porque o moço que tem o terreno o deve.

O Sr. **Presidente**: — Como se chama o antigo dono?

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Chama-se Vague.

O Sr. **Presidente**: — Vague está aonde?

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticonário): — Está em Portugal. O senhor soube que ele tem um terreno e veio se apoderar do mesmo, mas quando chegou, encontrou-nos a trabalhar o terreno. Dividimos 20m2 a cada jovem, para construirmos...

O Sr. **Presidente**: — E vocês são quantos na totalidade?

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticonário): — Somos mais de 20 jovens...

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Vinte? Quarenta e tal.

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticonário): — Somos muitos.

O Sr. **Presidente**: — E já fizeram casas?

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticonário): — Não, não! Apenas trabalhamos o terreno para construirmos e alguns companheiros até estavam a começar a carregar os materiais. Quando o senhor apareceu e nos viu lá, foi buscar a polícia. Quando a polícia chegou de carrinha, mandou-nos sair. Dissemos que não íamos sair. Não estávamos lá para fazer confusão, apenas para reivindicar os nossos direitos, que é um pouco de terra para fazermos a nossa construção.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Passando algum tempo, ele começou a cortar madeira no terreno.

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticonário): — As coisas ficaram assim pausadas, porque também não queríamos confusão, então decidimos entregar a entidades competentes. O senhor passou por detrás, foi ao terreno com três motosserras, num sábado de manhã, e cortou 5 a 6 cedrelas grandes, cerrou e tirou carrinhas de materiais. Ele sabe que aquele terreno não lhe pertence, disso tenho a certeza.

O Sr. **Presidente**: — Ele foi autorizado a cortar a madeira?

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticonário): — Não! Foi no sábado e no domingo com três motosserras, cerrou tantas e tantas carrinhas de materiais...

O Sr. **Presidente**: — E a polícia soube? Porquê que vocês deixaram o senhor cortar a madeira lá sem documento.

Tem a palavra a Sra. Feliciano Afonso.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Ele carregou os materiais lá com a carrinha dele, mas quem fica no chão de pé não consegue ver os materiais dentro da carrinha. Então, os polícias não viram, mas como aquela estrada é perto da minha porta e é a estrada do meu campo, assisti tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Bruno da Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticonário): — Tenho um tio, que também reside naquela zona, que foi apanhar a cabeça das madeiras que o senhor cortou, para produzir lenha e fazer destilar aguardente. O senhor impediu-lhe de entrar no terreno, dizendo que ia chamar a polícia. Se o senhor não tem documento do terreno, porque é que está a fazer isso? Dissemos-lhe para nos mostrar o documento do terreno, mas até então não nos apresentou o documento. Não queremos muito, apenas um pouco para construirmos as nossas casas. Já nos reunimos e trabalhamos o terreno e neste momento encontra-se bem limpo.

O Sr. **Presidente**: — Bom, Sras. e Srs. Deputados, já ouvimos a primeira parte, não sei se têm alguma questão a colocar. Há um pedido que entrou no cadastro desde 1994 e não teve nenhuma solução.

Tem a palavra a Sra. Feliciano Afonso, para uma intervenção.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — É por isso que reuni todos esses jovens de Guadalupe que não têm terreno e disse-lhes para fazermos um pedido, desde 1994. Fizemos com papel de 25 linhas, deram-nos uma minuta, o Sr. Ponto, Sra. Maria, e reconhecemos as assinaturas no Cartório. Fomos agora - ao novo edifício de Planificação Física, disseram desde 1994 que não nos deram satisfação e nós não dissemos mais nada, então o documento está inválido. Então fizemos um novo pedido, para saber como as coisas estão a andar.

A carta que fizemos para o Sr. Presidente da República, foi respondida pelo Sr. Amaro Couto, que nos disse para estarmos tranquilos que ele irá procurar junto ao Governo resolver esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Desde quando é que receberam a carta?

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Há 20 dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. No meio dessa contenda entre o Sr. Tatá e o suposto indivíduo que era o dono do terreno, além das cartas que escreveram, vocês dirigiram-se à Câmara Distrital? O que é que vos foi dito?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Feliciano Afonso.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Sim fomos. O próprio presidente não falou connosco, mas falamos com um funcionário da Câmara de nome Eustáquio. Perguntamos-lhe se conseguíamos alguma coisa, fazendo um pedido. Ele disse-nos: façam sim, porque o terreno é pertença de Estado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas esse terreno ainda pertence ao Ministério da Agricultura ou já foi desanexado para o Cadastro? Porque aquela área é agricultável, não é para a construção urbana.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Feliciano Afonso, para uma intervenção.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Não, mas...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Fizeram a carta para o Cadastro, se calhar ainda não respondeu, porque não têm competência para responder. Se o terreno não é do Cadastro, o mesmo não pode ser distribuído. Deveriam ter feito a carta para o Ministério da Agricultura, a Direcção Fundiária.

De qualquer modo, o documento que leu aqui fala de 160m², e é de Micoló, não tem nada a ver com Lobata. O outro senhor não apresenta o documento,...

A Sra. **Feliciano Afonso** (Peticonária): — Não! Não!

O Sr. **Presidente**: — Porque não se sabe se ele também tem ou não o documento.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não se sabe se ele também tem ou não. Se ele não tem documentos como vocês, como é que o deixam entrar, abater árvores e cerrar. Se alguém não tem o documento, também não tenho, podemos considerar os dois de invasores de terra alheia, que é do Estado.

Enquanto ele não apresentar o documento que prova que o terreno é dele, como é que vocês o deixam entrar, abater árvores e cerrar?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Feliciano Afonso.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petionária): — Porque ele já nos ameaçou com a polícia. Como não queremos guerra, nem sangue, deixamos ele com o terreno.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, não! Também não estou a dizer aqui para haver agressão. Mas se ele vos ameaçou com a polícia, porque é que vocês também não fizeram o mesmo? Então poderiam ir à polícia, pelo menos até antes de enviarem a carta, para clarificarem quem tem ou não o direito de estar lá, porque se nenhum dos dois tem o documento, então ninguém tem o direito. Cada um agora vai fazer o seu pedido às autoridades competentes e o que as autoridades disserem é que vai valer. De momento, aqui ninguém tem nada, mas se vocês estão a ceder, até com medo da polícia, dá-me a impressão de que vocês sabem que ele tem qualquer coisa. Vocês estão a dar sinais que ele tem qualquer documento.

Vocês são quantos no total?

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petionária): — Somos cerca de quarenta e tal pessoas.

Ele disse que tem documentos e não nos mostrou, então não podemos fazer as coisas à toa. Porque também há um chefe que podemos pedir para fiscalizar o senhor.

Lá onde fomos, disseram-nos para termos coragem, força para lutarmos, não desistirmos, andar com pés firmes e seguros, «porque o camarão que dorme a onda leva».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas acho que o vosso camarão já está no prato, não está só na onda, porque o senhor já entra no terreno e abate árvores. Não se sabe se ele tinha ou não autorização, mas se vocês suspeitavam que ele não tinha autorização, estando a polícia aí perto, vocês nem sequer foram à polícia.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petionária): — Nós não ligamos e nem fomos atrás da polícia. Ele tem controlo com a polícia, porque apareceu lá com a polícia para levar-nos todos para o Comando. E dissemos a ele que não o ameaçamos, não o agredimos, então, não íamos ao Comando. Ninguém roubou e não vai à cadeia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas qual era o vosso receio? Se ele não tem o documento, iam todos à polícia. Chegando lá, diria a ele para provar que o terreno é dele. Se ele provasse com o documento, não haveria nada a fazer! Como nós aqui também não poderíamos fazer absolutamente nada. Se ele não tivesse o documento, como vocês também não têm, então ninguém tem direito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Bruno da Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Bruno da Costa** (Petionário): — Como o senhor pode ter o documento, sabendo que o moço que alega que o terreno lhe pertence também não tem o documento?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mais uma razão! Se ninguém tem o documento, vocês não têm que ter receio de ir à polícia. Deveriam ter ido à polícia. Disse muito bem, a polícia não ia prender ninguém, porque não lutaram, não mataram ninguém, nem roubaram. Então, é uma ocupação ilegal, mas não construíram nada ainda. Portanto, não tendo lá nenhuma obra, significa que nem sequer ocuparam. Pelo contrário, vocês trabalharam o terreno para o Estado. Tentem realizar isso a esse nível, porque podem estar a fazer um trabalho inglório. Porquê que é inglório? Vocês têm lá a Câmara e a polícia local, que conhecem *in loco* o terreno e sabem se existe ou não um documento qualquer. Se a polícia e a Câmara disserem que existe um documento que foi concedido a alguém, aí vocês já não podem ocupar. Se não existe, vocês também não têm que ocupar, mas teriam mais força para apresentarem os documentos às autoridades competentes para vos conceder o terreno. Podemos estar aqui também a fazer um trabalho inglório. Estar a tentar ajudar-vos, mas depois nos virem dizer que esse terreno já foi concedido a alguém. Já percebeu?

O Sr. **Bruno da Costa** (Petionário): — Já percebi sim.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Senhor Presidente, pelo que entendi do senhor, havia um outro senhor, Vague, que tem o terreno. O outro senhor só vai ao terreno porque tem uma dívida com ele. Portanto, será que o senhor Vague tem o título de posse?

O Sr. **Bruno da Costa** (peticionário): — Não.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Como é que sabem?

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticionário): — Ele não tem, porque invadiu o terreno.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Também invadiu o terreno?

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticionário): — Invadiu sim.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Então, porquê que o outro senhor vai invadir o terreno, tendo em conta que o primeiro também invadiu? São dois invasores, nesse caso? Fiquei com dúvida.

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticionário): Sim, são dois invasores.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Exacto. Porque outro está a tentar recuperar a dívida e creio que cortou as madeiras por isso, pode ser esse o caso. Mas de toda forma, a grande questão é a seguinte: em que pé se encontra o terreno? Como disse o Sr. Deputado Delfim Neves, há duas instituições que têm a tutela de terrenos: a Planificação Física, quando é para urbanização, e a Agricultura, quando é para projectos agrícolas. Temos que saber, neste momento, qual das duas instituições esse terreno está afecto. Se estiver afecto ao Ministério da Agricultura, este tem que fazer uma nota para a Planificação Física, dizendo que esse terreno está desimpedido, podem fazer construções. Portanto, esse é o passo que devem seguir, no meu entender. Mas, na minha opinião, têm que ver junto à Câmara concretamente qual é o ponto da situação do terreno. Se pertence à Planificação Física, é para urbanização, então nesse caso, seriam os primeiros beneficiários, caso se confirmar que os outros senhores não têm o título de posse. Se tiverem o título de posse, meus amigos, aqui nada podemos fazer. Portanto, recorreram à Assembleia, mas a Assembleia também não tem o poder de decidir. A Assembleia só pode aconselhar, não temos o poder de decisão, porque isso depende da área da governação, concretamente a Planificação Física, o Ministério da Agricultura, se for o caso, e a Câmara, porque também pode dar-vos bastante jeito. A Câmara é que é a tutela mais próxima e que tem a melhor gestão em relação ao terreno.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado António Monteiro.

O Sr. **António Monteiro** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, depois de ouvir várias intervenções, tenho uma opinião. Acho que a Comissão deveria apoiar essas pessoas, em vez de deixá-las ir solicitar à Câmara, quem é dono do terreno, seja o Ministério da Agricultura seja o Cadastro. Deveríamos convidar membros do Ministério da Agricultura e do Cadastro, para ouvirmos directamente dessas pessoas como é que está a situação do terreno e depois voltar a convidar essas pessoas, para sabermos qual é a decisão final a ser tomada. Se deixarmos essas pessoas irem atrás da Câmara, já estão nisso desde 1994, quer dizer que não tem pernas para andar. Repito, seria bom darmos esse apoio, não esperar que elas fossem à Câmara, mas convidar tanto o Ministério da Agricultura como o Cadastro para nos inteirarmos do assunto e saber quem realmente é o dono do terreno.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, é para dizer ao meu amigo aqui que 20m2 não dão para fazer casa nenhuma.

Risos.

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticionário): — Depende do ponto de vista.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— São 20m2 ou 20 por 20?

O Sr. **Bruno da Costa** (Peticionário): — 20 por 20.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Para 40 elementos, 20m2 não fazem casa nenhuma.

Sou de igual opinião dos outros Srs. Deputados que me antecederam, devemos solicitar a essas instituições, até este momento, quem tem a propriedade do terreno, a nível de tutela institucional, se é Cadastro ou Agricultura. O que pude entender aqui é que até agora todos são invasores. O senhor inicialmente não tem o terreno, porque outro também invadiu, está a cobrar a dívida, o que fez com que os habitantes também invadissem.

A grande dúvida que coloco é: se o senhor levou lá a polícia, de certa forma os convenceu e se convenceu a polícia, não foi com conversa. Levou a documentação ou alguma questão dessa natureza.

Como disse também o Sr. Deputado Delfim Neves, caberia também ao grupo, como uma forma de ajudar, também recorrer à polícia, quem sabe até fazer queixa dos abates de árvores, tomar as medidas necessárias.

Como também disse o Sr. Deputado que me antecedeu, a nível da Comissão, podemos também solicitar às instituições a quem o terreno pertence. Em todo caso, aconselhamos no sentido de meterem também a documentação, pedindo o título provisório do espaço, porque se não também estariam a ser invasores e não estariam a ajudar em nada.

O Sr. **Bruno da Costa** (Petitionário):— Mais a nossa dúvida é a seguinte: quando o senhor chegou e nos encontrou no terreno e chamou a polícia, dissemos-lhe que não iríamos sair, a não ser que nos trouxesse o documento do terreno, mas o senhor não apresentou o documento.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Leva o senhor à polícia e lá ele apresenta o documento.

O Sr. **Presidente**: — Fica essa dúvida. Se polícia foi com força para vos tirar de lá, é porque deve haver algum documento que a gente desconhece.

O Sr. **Bruno da Costa** (Petitionário):— Desconheço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Feliciano.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petitionária):— Em 1994, quando os presos andavam em Morro Peixe, decidi um dia ir falar com o Sr. Gregório. Cheguei lá e ele perguntou-me o que eu queria e disse-lhe que éramos muito poucos, tínhamos os nossos filhos e queríamos uma parte da Roça de Morro Peixe para podermos fazer as nossas casas. Depois o senhor me disse: «Como? A roça de Morro Peixe? A senhora não sabe que a roça de Morro Peixe é do Estado?»

Não vou dizer à senhora nem pau nem pedra, mais ai da senhora se sair daqui e dizer lá fora que Gregório disse que a roça de Morro Peixe está a ser repartida. Não autorizo a senhora, nem falo nada, porque esta roça pertence ao Tribunal.» Então, fui ao Tribunal. Tudo isso foi em 1994. Cheguei lá e disse que queria falar com qualquer pessoa que fosse responsável pela Roça Morro Peixe e indicaram-me uma senhora. A senhora me disse: «A roça Morro Peixe é do Tribunal? Tira um bocadinho lá e faça a sua casa, juntamente com os seus filhos.

Qualquer coisa suspende. Nunca o Estado corre com alguém que já tem casa. E fizeram verdade. Nós que estamos à espera de legalização, é que estamos nisso. Maioria das pessoas que têm casas lá não tem documentos. Autorizaram as pessoas a fazerem a urbanização provisória. Quer dizer, digo urbanização provisória porque nunca se disse a alguém que tem lá casa para tirar. Cada um tirou um bocado da parte de cima, a parte de baixo é que ficou, que o senhor Vague vendeu. Não é hoje nem ontem que estou a lutar para essa roça.

O Sr. **Presidente**: — Se me recordo bem, tanto do lado direito como esquerdo, depois do Cemitério há casas. Depois há o riacho e ali para cima como quem vai a Morro Peixe é que ainda não há casas. Do lado direito há um campo onde se planta milho e o lado esquerdo está obô.

O Sr. **Bruno da Costa** (Petitionário):— É essa parte que entramos para trabalhar.

O Sr. **Presidente**: — Lado esquerdo depois do rio?

O Sr. **Bruno da Costa** (Petitionário):— Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Esmail do Espírito Santo.

O Sr. **Esmail do Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, só gostaria de emitir a minha opinião, que tem mais a ver com o que já foi dito pelo Sr. Deputado António Monteiro. Também acho que seria melhor a Comissão convidar os responsáveis dos serviços competentes para que viessem prestar as suas opiniões sobre a verdade do estado desses terrenos e depois é que poderíamos emitir o nosso parecer.

Quero dizer que também já vi um caso desse numa comunidade perto da zona de Ubá Budu Praia. O terreno pertencia à antiga roça depois ficou lá e cada um dos antigos camponeses dizia que era dele, mais ninguém tinha a posse do documento. Se calhar pode ser esse o caso. Por isso, partilho a opinião de que chamar os responsáveis dos serviços seria a melhor posição, conforme também já foi defendido pelo Deputado António Monteiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, os outros Deputados que me antecederam, falaram e falaram muito bem. Com relação ao terreno, na minha opinião, é pertença mesmo do Ministério da Agricultura e não da Planificação Física.

Acho que houve uma falha da vossa parte, por não se terem dirigido ao Ministério da Agricultura, o primeiro lugar onde se deviam dirigir, tendo em conta que o Sr. Gregório tinha dito à senhora que o terreno era do Estado, terreno de plantação. Logo, pertencia a uma empresa agrícola e a senhora devia dirigir-se ao Ministério da Agricultura.

Mesmo assim, embora se tenha dirigido a nós, deve ainda insistir junto ao Ministério da Agricultura, se calhar também pedir apoio à Câmara do Distrito de Lobata, para saber junto ao Ministério da Agricultura de quem é o terreno, se o tal senhor tem algum documento ou se o terreno já foi distribuído. Porquê? Vocês estão a correr todas essas instituições, mas não têm nenhum documento nas mãos que diga que o terreno é vosso. Desde 1994, não houve nenhum acompanhamento. Portanto, não tendo nenhum título de posse, é mesma coisa que nada. Mesmo para nós, acho que não ficaria muito bem correr atrás e seguir esse processo, tendo em conta que os senhores não têm nenhuma documentação.

É minha opinião. Portanto, não tendo nenhuma documentação, o que é que vamos fazer? Acho que sendo um grupo de jovens cheios de energia e força, devem correr atrás. Vê-se logo que a senhora é uma mulher de garras, portanto, procure saber junto ao Ministério da Agricultura de quem é o terreno.

A Sra. **Feliciana Afonso** (Peticionária): — Dona, nós levamos essa carta ao Ministério da Agricultura, não receberam. Disseram-nos que está suspenso. Eu é que levei com as minhas mãos, no mesmo dia que trouxemos essa carta aqui para a Assembleia e que levamos também ao Palácio cor-de-rosa. Uma senhora mulata, forte, disse-me que tudo estava suspenso, porque o Sr. Ministro da Agricultura deixou a orientação para não receberem nenhum documento relacionado com a questão de terrenos. Então, não levamos mais até hoje. Também entregamos no Gabinete do Primeiro-Ministro e na Câmara de Guadalupe, receberam.

A dona sabe, não gosto de salientar assim, porque os meus filhos disseram que não me querem à frente disso. Temos que respeitar o que os filhos dizem, quando têm nível.

Vim aqui e estou bem satisfeita, porque estou a receber uma lição muito boa para mim. É verdade, isso é uma escola! Desde 1994 que estou a aguardar até hoje. Vim a uma escola e estou bem satisfeita. Quando voltar para casa, vou dizer que fui à Assembleia e disseram-me assim, assim. Daqui já tenho força. Aliás, os senhores todos estão a dar-nos força para vermos isso com a Câmara.

Perdoem-me por ter falado assim.

Solicitei e sei tudo, mas não posso garantir tudo.

O Sr. **Presidente**: — Está perdoada. Como a senhora viu, estamos na Casa do povo, o Parlamento, somos representantes do povo. Portanto, podem estar à vontade.

A Sra. **Feliciana Afonso** (Peticionária): — Sr. Presidente, estamos à vontade e estou a gostar.

Srs. Deputados, vou ser clara agora. Para quem escutava a Rádio à noite com Americano Viegas, eu é que sou a senhora que falava no «Programa Ossobô».

Risos.

Com Americano Viegas, não tenho vergonha. Falo com toda gente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de reforçar o que a senhora disse, quando disse que levou a carta para o Ministério da Agricultura e não receberam. Eu também posso testemunhar, porque estou a acompanhar um caso. Há mais ou menos 1 ano, não estão a receber nenhuma carta de pedido de terras. Há 1 ano para cá, não estão a receber. Portanto, não é só consigo, acho que está de uma forma geral. No entanto, a senhora vai insistindo até o final.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Berlindo Silvério.

O Sr. **Berlindo Silvério** (ADI): — Sr. Presidente, na minha opinião, gostaria que vocês diligenciassem outra vez junto à Câmara Distrital de Lobata, pressionassem o Presidente, para que fizesse uma nota para acompanhar a carta ao Ministério da Agricultura, para resolver de uma vez por todas esse espaço de terra, para saberem a quem foi dado o título de posse do terreno, se é ao Sr. Terra ou ao Vague.

Assim vocês terão um ponto de saída e teriam a directriz da forma como poderiam criar mecanismos, se é que é para fazer novamente a carta e aguardar solução. Assim só, não vamos a parte nenhuma. Tem que ser juntamente com a Câmara, negociando com o Presidente. Certamente o Ministro receberá. Lá ele toma conhecimento do facto, de acordo com a narração que fizeram aqui.

Esta é a minha opinião.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, acho que todas as opiniões são válidas, mas temos que ir pela via mais fácil e prática. Estamos perante uma petição feita pelos que estão cá representados e é na base dessa petição que vamos trabalhar.

Estou mais de acordo com a opinião dada pelo Sr. Deputado António. Efectivamente já deve haver qualquer vício lá no distrito, quer com a polícia quer com a Câmara, porque não é normal o que está a acontecer. Mesmo que o senhor, que está em Portugal, esteja a dever o outro, esse não pode aparecer e abater árvores. Ele não está autorizado a cobrar a dívida dessa maneira. Se a polícia até o apoia nesse sentido, então alguma coisa está mal nisto.

Independentemente das diligências que os senhores devem fazer, deveríamos fazer uma nota directamente ao Ministério da Agricultura. Já que, segundo a Sra. Deputada Alda, o terreno tem a tutela do Ministério da Agricultura, a primeira coisa é enviar uma cópia da petição, solicitar qual é o ponto da situação, se o terreno foi ou não distribuído para outra pessoa e se também está destinado à distribuição a privados, e em função da resposta que obtivermos do Ministério da Agricultura, vamos comunicar-vos.

Se disserem que o terreno não está a ser distribuído, não poderemos fazer nada. Se disserem que já foi distribuído, também não poderemos fazer nada. Se está disponível, mas ainda precisa de algum trabalho, portanto, vai levar algum tempo. A única coisa que a gente pode pôr na carta é, se eventualmente o Governo pensa em distribuir aquela parte de terra para ampliar a parte urbanística do Distrito, tudo bem, que dê prioridades às pessoas que já estão lá a trabalhar, pelo menos não deixam o capim crescer e tornar aquilo um obô autêntico.

Podemos fazer essa parte, mas vamos ficar a depender da nota que vier do Ministério da Agricultura.

Se eles não recebem a carta, como diz a Sra. Deputada Alda e os senhores, não faz qualquer sentido voltar lá, mas a carta da Assembleia eles vão ter que receber, porque é uma correspondência entre duas instituições. Posteriormente, poderemos comunicar-lhes qual é o ponto da situação. Está certo? Acho que esta é a melhor via, porque lá no distrito já vi que há um complô. Não sei o que é se se passa, mas há um complô.

O Sr. **Presidente**: — Portando, a conclusão é que vamos procurar ajudar a senhora. Vamos ver junto ao Ministério da Agricultura e à Câmara, que devem ter alguma informação sobre a utilização do seu espaço territorial. De facto há espaço para a agricultura e para a urbanização. Vamos tentar junto a esses sectores conhecer o assunto e, enquanto vamos ao Ministério da Agricultura, os senhores podem ir à Câmara ver se deram algum passo em relação à vossa petição. Com o Ministério da Agricultura saberemos se de facto houve alguma concepção, depois poderemos dar-vos alguma informação.

Podem ficar à vontade, porque vieram à Casa do povo e estamos cá mesmo para trabalhar, para dar satisfação a todas as necessidades do povo.

Se não houver mais intervenções...

A Sra. **Feliciana Afonso** (Peticionária): — Sr. Presidente, gostaria só de perguntar se podemos, cara a cara, ir falar com o pessoal da Câmara, sem nenhum documento.

O Sr. **Presidente**: — Não meteram a carta lá?

A Sra. **Feliciana Afonso** (Peticionária): — Sim, já metemos a carta na Câmara.

O Sr. **Presidente**: — Vão procurar saber a reacção da Câmara.

A Sra. **Feliciana Afonso** (Peticionária): — É isso que gostaria de saber.

O Sr. **Presidente**: — De facto há qualquer coisa que a gente desconfia que não está a ir bem. Bem, por hoje terminamos e agradecemos a vossa presença.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petionária): — Eu também agradeço toda gente, porque para mim hoje isso foi uma escola. Também já tenho uma lição que poderei dar a quem precisar. Deus ajuda-nos com o nosso trabalho e ajuda os senhores todos pela forma como nos receberam. Viemos com a nossa cara, com a medida que sabemos e os senhores nos ajudaram.

O Sr. **Presidente**: — Costumava ouvir a voz da senhora a partir das 3 horas da madrugada, na Rádio Nacional.

A Sra. **Feliciano Afonso** (Petionária): — Sim, falava na Rádio Nacional, através do telefone fixo e também tenho móvel. O senhor sabe, quando somos jovens que tem ideia, na vida adulta os filhos também olham para nós.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 25 minutos.